



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões e preencher Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Trabalho infantil: prós e contras.

Darcy Ribeiro, um dos mais originais e polêmicos pensadores do Brasil, não admitiria a alternativa que está no título deste artigo. Para ele, trabalho não era opção para as crianças: só deveria haver a obrigatoriedade da escola, da boa escola, em período integral e com duas refeições diárias. Estava pensando em atender amplamente as necessidades dos meninos e meninas carentes – parcela significativa da infância brasileira. Mas enquanto o sonho de Darcy não se torna realidade, o debate continua.

A favor do trabalho infantil estão aqueles que, considerando a inviabilidade de qualquer outra solução imediata, preferem evitar o mal maior – o do abandono e da delinquência de nossas crianças –, contornando-o com a permissão oficial de integração do menor no mercado de trabalho. Regulamentados por lei o horário máximo e as condições mínimas de adequação ao universo da criança, as empresas seriam encorajadas a admitir, treinar e a ajudar a desenvolver os pequenos trabalhadores, facilitando-lhes, inclusive, o acesso a uma educação suplementar: cursos profissionalizantes, estágios, atualizações etc.

Contra o trabalho infantil alinham-se os que defendem tanto o encaminhamento obrigatório das crianças à escola como a interdição do aproveitamento delas em qualquer tipo de trabalho profissional, em qualquer caso. Ainda que a escola não venha a suprir a necessidade das refeições diárias completas, do uniforme doado e do banho tomado, ela representaria o compromisso mínimo da educação em meio período, do ambiente de socialização e da sempre oportuna merenda escolar. Caberiam aos pais, aos adultos, à sociedade em geral as providências para que se poupassem as crianças de qualquer outra atividade.

Ainda temos muito a caminhar: é olhar as ruas das grandes cidades para constatar que a realidade vem exibindo uma terceira – e a pior – via. A tragédia dos menores abandonados é de tal ordem que faz pensar na abrangência das propostas de Darcy Ribeiro, que são também, certamente, as mais justas. Rever, reexaminar, rediscutir suas propostas não é um retorno ao passado: é buscar atender as necessidades de um melhor futuro.

(Tarso de Cintra Meirelles, inédito)

1. A divergência entre os que admitem e os que não admitem o trabalho infantil está em que os primeiros, diferentemente dos segundos, acreditam que
 - (A) os cursos profissionalizantes têm melhor qualidade que os cursos convencionais.
 - (B) toda e qualquer inserção da criança no mercado de trabalho torna-la-á mais sociável.
 - (C) o trabalho, bem regulamentado e controlado, é vantajoso para os menores expostos à delinquência.
 - (D) o acesso das crianças ao ensino formal e gratuito deve ser viabilizado a qualquer custo.
 - (E) o trabalho, como pretendia Darcy Ribeiro, só deve ser exercido no caso extremo dos menores abandonados.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, expõem-se os ideais de educação pelos quais se regem aqueles que desejam compatibilizar iniciação profissional da criança e ensino básico.
- II. No segundo parágrafo, sugere-se que o acesso do menor trabalhador à educação suplementar deva ser obrigatório, tendo em vista o maior aperfeiçoamento intelectual da criança.
- III. No terceiro parágrafo, imputa-se à sociedade como um todo a responsabilidade pela criação de condições que permitam à criança dedicar-se exclusivamente às atividades escolares.

Em relação ao texto está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Representam-se uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, na relação estabelecida entre estes segmentos:

- (A) *Para ele, trabalho não era opção para as crianças / o debate continua* (1º parágrafo).
- (B) *A favor do trabalho infantil / estão aqueles que preferem evitar o mal maior* (2º parágrafo).
- (C) *Caberiam aos pais (...) / as providências para que se poupassem as crianças de qualquer outra atividade* (3º parágrafo).
- (D) *(...) A tragédia dos menores abandonados é de tal ordem / que faz pensar na abrangência das propostas de Darcy Ribeiro* (4º parágrafo).
- (E) *não é um retorno ao passado / é buscar atender as necessidades de um melhor futuro* (4º parágrafo).



4. Ao afirmar que Darcy Ribeiro *não admitiria a alternativa que está no título deste artigo*, o autor do texto deixa claro que, para esse grande e polêmico pensador,
- (A) não há qualquer possibilidade de se considerarem argumentos favoráveis ao trabalho infantil.
- (B) a alternativa correta estaria em considerar primeiramente os “contras”, e só depois os “prós”.
- (C) não pode haver qualquer prevenção ao se pensar nas opções para tirar das ruas as crianças desassistidas.
- (D) uma opção não exclui a outra, já que o trabalho infantil não elimina a possibilidade de escolarização.
- (E) ambas as opções são irrealistas, uma vez que o moderno mercado de trabalho não absorve mão de obra infantil.
-
5. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento em:
- (A) *não admitiria a alternativa* (1º parágrafo) = não viabilizaria a alternância.
- (B) *interdição do aproveitamento delas* (3º parágrafo) = proibição de que se as torne disponíveis.
- (C) *inviabilidade de qualquer outra solução imediata* (2º parágrafo) = indisponibilidade de um paliativo emergencial.
- (D) *Contra o trabalho infantil alinham-se* (3º parágrafo) = vão ao encontro do trabalho infantil.
- (E) *compromisso mínimo da educação* (3º Parágrafo) = menor envolvimento nas atividades escolares.
-
6. Há um **deslize** na concordância verbal da seguinte frase:
- (A) Não se devem abrir às crianças, sejam elas pobres ou não, a opção entre estudar ou trabalhar.
- (B) Será que cabe apenas aos governantes tomar medidas que impeçam a exploração profissional dos menores?
- (C) Destacam-se, entre os argumentos já levantados contra o trabalho infantil, os que defendeu Darcy Ribeiro.
- (D) Aos que não desejam alinhar-se contra o trabalho infantil resta combater em nome dos ideais de Darcy Ribeiro.
- (E) Sempre haverá, por esta ou aquela razão, os que defendem a inserção das crianças pobres no mercado de trabalho.
-
7. Trabalho infantil? Há quem considere o trabalho infantil uma excrecência social, mas há também quem veja no trabalho infantil uma saída para muitas crianças, porque atribui ao trabalho infantil a vantagem de representar a inserção dos menores carentes.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) Ihe considere - Ihe veja - Ihe atribui
- (B) a ele considere - nele veja - atribui-no
- (C) o considere - nele veja - Ihe atribui
- (D) o considere - Ihe veja - o atribui
- (E) Ihe considere - o veja - Ihe atribui
-
8. Transpondo para a voz passiva a construção *Darcy Ribeiro (...) não admitiria a alternativa*, a forma verbal resultante será
- (A) teria sido admitida.
- (B) seria admitida.
- (C) teria admitido.
- (D) fora admitida.
- (E) haveria de admitir.
-
9. *Regulamentados por lei o horário máximo e as condições mínimas de adequação ao universo da criança, as empresas seriam encorajadas a admitir, treinar e a ajudar a desenvolver os pequenos trabalhadores, facilitando-lhes, inclusive, o acesso a uma educação suplementar: cursos profissionalizantes, estágios, atualizações etc.*
- Considerando-se a redação do texto acima, é correto afirmar que
- (A) uma alternativa correta para a expressão *adequação ao universo* seria *habilitação do universo*.
- (B) na expressão *facilitando-lhes*, o pronome sublinhado refere-se tanto a *empresas* como a *pequenos trabalhadores*.
- (C) o termo *inclusive* está empregado com o sentido de **sobretudo** ou **sobremaneira**.
- (D) o sinal de dois-pontos abre uma enumeração de elementos que particularizam o sentido de *educação suplementar*.
- (E) seria imprescindível o emprego de uma vírgula depois do vocábulo *atualizações*.
-
10. *Mas enquanto o sonho de Darcy não se torna realidade, o debate continua.*
- Os termos sublinhados exercem na frase acima a mesma função sintática do termo sublinhado em:
- (A) *Ainda temos muito a caminhar.*
- (B) *Para ele, trabalho não era opção para as crianças.*
- (C) *Caberiam aos pais as providências (...)*
- (D) *Ainda que a escola não venha a suprir a necessidade (...)*
- (E) *A tragédia dos menores abandonados é de tal ordem (...)*



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Pelas ruas de Gênova, lá vamos nós

Durante os protestos contra o G-8 (grupo que abrange os sete países mais ricos do mundo mais a Rússia), reunido em Gênova, a imprensa europeia entrevistou políticos da esquerda oficial e veteranos de 1968. Vários aproveitaram a oportunidade para lamentar, nesses novos manifestantes, a falta de “verdadeiros” projetos de sociedade. “São carentes de propostas políticas, crescerão”, disse Mario Capanna, que foi líder do movimento estudantil de Milão em 68. Engraçado: sob a direção de Capanna, o movimento, na época, foi declaradamente stalinista. Se essa for a “proposta política” que falta, melhor que os “carentes” não cresçam mesmo.

Prefiro evitar as nostalgias e reconhecer que aos manifestantes de Gênova não falta nada. Ao contrário, graças à sua diversidade confusa ou mesmo atrapalhada, talvez eles representem, da melhor maneira possível, o estado de espírito de muitos que estão, hoje, social e politicamente insatisfeitos.

De fato, parece-me que poderia manifestar-me com cada um dos componentes dessa massa contestária. Os grupos diversos e, às vezes, opostos levaram pelas ruas de Gênova diferentes fragmentos de meus humores reformistas ou revoltados.

Olhe só. O resto de minhas esperanças socialistas desfila com a esquerda clássica italiana, em versão social-democrata. Identifico-me com os ecologistas puros e duros, mais preocupados com o planeta do que com as mazelas dos homens. Posso ter um coração caritativo, animado por paixões missionárias contra a fome e as doenças do mundo. E sobra-me uma raiva que deve valer a dos mais radicais movimentos anarquistas, de pedras na mão.

(Adaptado de Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

11. No título do texto, inclui-se o autor entre os que seguem pelas ruas de Gênova: *lá vamos nós*. Tal inclusão deve-se ao fato de o autor

- (A) também discordar dos manifestantes, aos quais faltam propostas políticas.
- (B) querer assumir sua clara objeção a todas as posições assumidas pelo G-8.
- (C) alinhar-se com a posição unanimemente assumida pelos manifestantes.
- (D) aderir à representativa pluralidade de posições dos jovens insatisfeitos.
- (E) ainda comungar com as velhas ideologias socialistas da esquerda clássica.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor prefere que os “carentes” não cresçam mesmo (1º parágrafo) porque está supondo que **crescer**, naquela situação, poderia significar assumir propostas políticas rígidas, como as dos antigos stalinistas.
- II. Ao confessar *Prefiro evitar as nostalgias* (2º parágrafo), o autor demonstra não ter qualquer interesse em se identificar com as críticas do antigo líder estudantil Mario Capanna.
- III. A expressão *diversidade confusa* (2º parágrafo), aplicada aos manifestantes de Gênova, é reforçada no segmento *grupos diversos e, às vezes, opostos* (3º parágrafo).

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

13. Tudo o que vem arrolado no último parágrafo do texto justifica e exemplifica uma afirmação anterior, na qual o autor

- (A) pretende evitar a assunção de posições políticas antigas e confusas.
- (B) compara os jovens reformistas e revoltados aos antigos stalinistas.
- (C) aproxima suas convicções fragmentárias das da massa contestária.
- (D) se diz identificado com as posições assumidas pelos veteranos de 68.
- (E) manifesta seu desejo de assumir posições políticas mais unificadas.

14. Pode-se substituir, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, o segmento sublinhado em

- (A) grupo que abrange os sete países mais ricos por **onde se abarcam**.
- (B) são carentes de propostas políticas por **imunes a**.
- (C) sob a direção de Capanna o movimento (...) foi declaradamente stalinista por **em cuja direção**.
- (D) Ao contrário, graças à sua diversidade confusa por **em que pese a**.
- (E) E sobra-me uma raiva que deve valer a dos mais radicais movimentos por **talvez equivalha à**.



15. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na seguinte frase:
- (A) Enquanto se davam os protestos contra o G-8, a imprensa entrevistara políticos de esquerda cuja atuação marcou o ano de 1968.
- (B) Mario Capanna liderara o movimento estudantil e cobrava agora, dos jovens que se manifestavam, maior clareza nas posições políticas.
- (C) O antigo líder estudantil, que se caracterizou por uma posição stalinista, notara que os jovens manifestantes não assumissem novas propostas.
- (D) Também eu, afirmou o autor, posso manifestar-me com cada um dos que compusessem essa massa contestária que desfila pelas ruas genovesas.
- (E) O autor deixou claro que há ecologistas cujas posições se caracterizariam pela rigidez e radicalismo com que fizessem suas reivindicações.
-
16. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar obrigatoriamente uma forma do **plural** para preencher com correção a lacuna da frase:
- (A) Estão sendo ditas muitas coisas e (**ter**) havido muitos protestos durante esses dias de manifestações, em Gênova.
- (B) (**faltar**) a todos esses jovens manifestantes, segundo os velhos líderes estudantis, maior solidez nas reivindicações políticas.
- (C) Não (**ocorrer**) ao ex-líder estudantil Mario Capanna, em seu pronunciamento, as lembranças de quando era um rígido stalinista?
- (D) Não (**competir**) aos velhos políticos de esquerda avaliar com maior isenção as atitudes dos jovens contestadores?
- (E) (**estar**) nas teses confusas dos jovens manifestantes a razão mesma dos sentimentos de adesão e simpatia que o autor confessa ter por eles.
-
17. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Faltariam a esses novos manifestantes, projetos de sociedade, na opinião do antigo líder estudantil milanez, Mario Capanna, até hoje lembrado, por suas posições stalinistas.
- (B) Mario Capanna – antigo líder estudantil, de orientação stalinista julga que os manifestantes de hoje carecem de maior clareza política – com o que não concorda o autor do texto.
- (C) Fica evidente no texto, que o autor não tem, e talvez nunca tenha tido simpatia pelas antigas posições stalinistas defendidas, com paixão, pelo então líder estudantil, Mario Capanna.
- (D) Ex-líder estudantil, conhecido por suas posições políticas inflexíveis, Mario Capanna fez vários pronunciamentos, a maioria desabonadores, sobre as manifestações desses jovens.
- (E) É bem possível, sugere o autor do texto, que o ex-líder estudantil Mario Capanna, tenha se pronunciado, de forma tão agressiva contra os jovens manifestantes, por conta de sua velha inflexibilidade política.
-
18. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto.
- (A) Muitas vezes as velhas posições políticas se tornam tão rígidas que aquele que as defende costuma acusar nos demais não serem tão inflexíveis.
- (B) A falta de flexibilidade política de antigos líderes leva-os a posições tão radicais que sequer vislumbram a possível coerência de posições outras.
- (C) O autor achou preferível que, em vez de criticar a falta de projetos de sociedade naqueles jovens, a avaliar a pluralidade de suas posições.
- (D) Aqueles que julgam inconsequentes os jovens em sua posição política, deveriam de reconhecer que eles constituem nossa perplexidade moderna.
- (E) Foi riqueza, e não carência de propostas que o autor surpreendeu em meio a massa contestária de jovens, aos quais ele não deixou de se identificar.
-
19. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) As propostas políticas, de cuja falta sentiu Mario Capanna, eram, na verdade, inúmeras e contrastantes.
- (B) As posições dos jovens manifestantes, das quais o autor se congratulou, eram as mais díspares possíveis.
- (C) As ruas de Gênova, onde se fixaram grupos de manifestantes, ganharam uma nova animação.
- (D) Os restos de esperanças socialistas, por cujas o autor já demonstrara simpatia, misturam-se a outras convicções.
- (E) Os impulsos missionários, de que o autor não se mostra carente, poderiam levá-lo a combater a fome do mundo.
-
20. Quanto ao emprego das formas verbais e ao tratamento pessoal, está plenamente correta a frase:
- (A) Vai, junta-te àquele grupo de manifestantes e depois dize-me o que achaste.
- (B) Ide, juntem-se àquele grupo de manifestantes e depois dizei-me o que achastes.
- (C) Queremos que Vossas Senhorias vos junteis àquele grupo de manifestantes e depois digai-nos o que acharam.
- (D) Queremos que Suas Excelências juntai-vos àquele grupo de manifestantes e depois dizei-nos o que achásseis.
- (E) Senhores, vão juntar-se àquele grupo de manifestantes e depois dizei-nos o que acharam.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. É INCORRETO afirmar que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:
- (A) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
 - (B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - (C) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei delegada, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
 - (D) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
 - (E) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
22. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que
- (A) nascido na Alemanha, de mãe brasileira a serviço da República Federativa do Brasil, for residir na China.
 - (B) obtiver o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
 - (C) residir em estado estrangeiro e se naturalizar em razão de imposição de norma estrangeira, como condição para permanência em seu território.
 - (D) nascido na República Federativa do Brasil, filho de pais estrangeiros, que não estavam a serviço de seu país, for residir na Espanha.
 - (E) adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos previstos na Constituição Federal.
23. Compete privativamente à União legislar sobre
- (A) serviço postal.
 - (B) orçamento.
 - (C) produção.
 - (D) consumo.
 - (E) defesa do solo.
24. O poder constituinte derivado é subdividido em
- (A) inicial e incondicionado.
 - (B) inicial e ilimitado.
 - (C) autônomo e incondicionado.
 - (D) reformador e decorrente.
 - (E) autônomo e ilimitado.
25. Na hipótese de o poder público se abster do dever de emitir um comando normativo, exigido pela Constituição Federal, é cabível a Ação Direta de inconstitucionalidade
- (A) por omissão.
 - (B) genérica.
 - (C) interventiva.
 - (D) mandamental.
 - (E) obrigacional.
26. A Constituição que prevê somente os princípios e as normas gerais de regência do Estado, organizando-o e limitando seu poder, por meio da estipulação de direitos e garantias fundamentais é classificada como:
- (A) pactuada.
 - (B) analítica.
 - (C) dirigente.
 - (D) dualista.
 - (E) sintética.
27. Sobre os princípios básicos da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) o princípio da supremacia do interesse público não precisa estar presente no momento da elaboração da lei, mas apenas quando da sua aplicação em concreto.
 - (B) os princípios da ampla defesa e do contraditório devem ser observados tanto nos processos administrativos punitivos como nos não punitivos.
 - (C) o princípio da motivação é exigível apenas nos atos discricionários.
 - (D) o princípio da eficiência sobrepõe-se a todos os demais princípios da Administração.
 - (E) a aplicação retroativa de nova interpretação desfavorável aos interesses do particular encontra respaldo no princípio da segurança jurídica.
28. Aplicam-se às autarquias, dentre outras regras e princípios, o seguinte:
- (A) Não têm direito a ação regressiva contra seus servidores culpados por danos a terceiros.
 - (B) Agem por delegação do Poder que a instituiu.
 - (C) Gozam de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
 - (D) Subordinam-se hierarquicamente à entidade estatal a que pertencem.
 - (E) Por gozarem de autonomia, seus contratos não estão sujeitos a licitação.



29. As competências do Distrito Federal para a prestação dos serviços públicos são
- (A) as mesmas reservadas para os municípios, apenas.
 - (B) as mesmas reservadas para os estados-membros e municípios.
 - (C) as mesmas reservadas para os estados-membros, apenas.
 - (D) sempre comuns com a União.
 - (E) aquelas fixadas em Lei Complementar de iniciativa da União.
30. Sobre as modalidades de intervenção do Estado na propriedade, é correto afirmar que
- (A) a ocupação provisória caracteriza-se como a utilização temporária que o Estado faz de bem improdutivo ou produtivo exclusivamente para instalação de canteiro de obra de grande porte, sem direito a indenização do proprietário.
 - (B) a requisição insere-se no poder discricionário da Administração e pode ser adotada em quaisquer circunstâncias, a critério do agente público competente.
 - (C) a limitação administrativa é medida concreta, restrita a determinada propriedade e é sempre indenizável.
 - (D) a servidão administrativa tem natureza de direito real e só é indenizável se causar dano ou prejuízo.
 - (E) o tombamento é medida sempre compulsória e definitiva.
31. Dentre as assertivas abaixo, NÃO é forma de provimento de cargo público
- (A) a reversão.
 - (B) a readaptação.
 - (C) a ascensão.
 - (D) o aproveitamento.
 - (E) a reintegração.
32. Nos termos da Lei nº 8.112/90, o servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Assim, é correto que
- (A) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo e doloso, ainda que dele não resulte prejuízo ao erário e a terceiros, salvo quando omissivo e culposo, limitada nessa hipótese, à sanção administrativa.
 - (B) as sanções civis, penais e administrativas não poderão ser aplicadas cumulativamente, salvo quando a responsabilidade recair sobre servidor estável em cargo efetivo.
 - (C) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
 - (D) a obrigação pelo cumprimento das penalidades administrativas, estende-se aos sucessores e parentes até segundo grau e contra eles será executada indistintamente.
 - (E) a responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
33. Quanto ao Direito de Petição garantido ao servidor público na Lei nº 8.112/90, considere:
- I. O recurso contra o deferimento ou indeferimento do pedido de reconsideração deverá ser recebido pela autoridade julgadora, que suspenderá, em qualquer hipótese, os efeitos da decisão recorrida.
 - II. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
 - III. O requerimento e o pedido de reconsideração deverão ser despachados no prazo de cinco dias e decididos dentro de trinta dias.
 - IV. A prescrição é de ordem interna, podendo ser relevada pela administração, observado o prazo de cento e oitenta dias contados a partir da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
 - V. O recurso contra o deferimento ou indeferimento do pedido de reconsideração será julgado por intermédio da autoridade a que estiver subordinado o requerente, considerado o prazo de quinze dias a contar da baixa da decisão impugnada.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) II, IV e V.
34. Nos termos da Lei nº 9.784/99, quanto à competência para o processo administrativo, é INCORRETO afirmar que
- (A) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
 - (B) não pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, dentre outros.
 - (C) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
 - (D) o ato de delegação é irrevogável, salvo quando se tratar de decisão de recursos administrativos.
 - (E) será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
35. A Lei nº 9.784/99 estabelece quanto ao recurso administrativo e à revisão, dentre outras hipóteses, que
- (A) interposto o recurso, os interessados deverão ser citados para, no prazo de quinze dias, simultaneamente apresentarem as suas defesas prévias.
 - (B) se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.
 - (C) é de cinco dias o prazo para interposição de revisão ou recurso administrativo, contados da ciência pelo interessado ou terceiro, do ato impugnado.
 - (D) da revisão ou improvemento do recurso e havendo motivos relevantes, poderá resultar agravamento da sanção.
 - (E) o não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.



36. Da decisão do Presidente do TRT-7ª Região, que acolhendo proposta da Comissão de Ética (Resolução nº 75/09) aplica a penalidade de censura ao servidor infrator, caberá recurso para
- (A) o Secretário da Comissão de Ética, com o efeito suspensivo, no prazo de três dias, contados da citação do infrator.
 - (B) o Conselho Superior, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias contados da publicação da decisão.
 - (C) a Comissão de Ética, sem o efeito suspensivo, no prazo de sete dias contados da publicação da decisão.
 - (D) a Corregedoria-Geral do Tribunal, aplicado apenas o efeito devolutivo, no prazo de dez dias, contados da notificação do apenado.
 - (E) o Pleno, com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias contados da notificação do infrator.
37. Peter era inglês e residia em Londres, tendo falecido quando estava em viagem de turismo em Lisboa, Portugal. Seus bens imóveis situam-se em Paris, França, e sua empresa tinha sede em Madri, Espanha. Seus filhos são domiciliados no Brasil, na cidade de Santos. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, a sucessão pela morte de Peter obedecerá à lei
- (A) do Brasil.
 - (B) de Portugal.
 - (C) da França.
 - (D) da Espanha.
 - (E) da Inglaterra.
38. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto,
- (A) à União, quando as suas atividades se estenderem por mais de um Estado.
 - (B) a outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.
 - (C) ao Estado em que estiver situada, quando as suas atividades se estenderem por mais de um Município.
 - (D) ao Município em que estiver situada, quando as suas atividades não se estenderem para outros.
 - (E) a qualquer órgão público ou entidade paraestatal, na forma que tiver sido requerida pelo promovente.
39. Corre normalmente a prescrição
- (A) contra os ausentes do país em serviço público dos Municípios.
 - (B) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
 - (C) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
 - (D) iniciada contra uma pessoa em relação aos seus sucessores.
 - (E) na pendência de ação de evicção.
40. NÃO se justifica o pedido de consignação em pagamento se
- (A) ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento.
 - (B) o credor, com justa causa, recusar receber o pagamento ou dar quitação na forma devida.
 - (C) pender litígio sobre o objeto do pagamento.
 - (D) o credor for incapaz de receber.
 - (E) credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos.
41. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Considere:
- I. Proposta feita por telefone, sem prazo, que não foi imediatamente aceita.
 - II. Proposta feita a pessoa ausente sem a expedição da resposta dentro do prazo dado.
 - III. Proposta em que posteriormente à sua formulação chegou ao conhecimento da outra parte a retração do proponente.
- Dentre outras, deixa de ser obrigatória a proposta indicada APENAS em
- (A) I e a III.
 - (B) I e a II.
 - (C) III.
 - (D) II e a III.
 - (E) I.
42. A respeito da sociedade limitada, é correto afirmar que
- (A) qualquer dos sócios, por si ou na condição de mandatário, pode votar, na assembléia dos sócios, matéria que lhe diga respeito diretamente.
 - (B) a aprovação das contas da administração não depende da deliberação dos sócios.
 - (C) a administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiriram essa qualidade.
 - (D) é assegurado aos sócios minoritários, que representem pelo menos um quinto do capital social, o direito de eleger, separadamente, um dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente.
 - (E) compete ao conselho fiscal fixar, anualmente, a remuneração de seus membros.
43. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de
- (A) dez dias, satisfazer a obrigação ou apresentar embargos no prazo de quinze dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente do juízo estar seguro.
 - (B) cinco dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo, apresentar embargos.
 - (C) três dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo, apresentar embargos.
 - (D) cinco dias, satisfazer a obrigação ou apresentar embargos no prazo de quinze dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente do juízo estar seguro.
 - (E) dez dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo, apresentar embargos.



44. No que concerne aos prazos, de acordo com o Código de Processo Civil, é certo que

- (A) podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo peremptório, mas a convenção só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo e se fundar em motivo legítimo.
- (B) quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas quarenta e oito horas.
- (C) nas comarcas onde for difícil o transporte o juiz poderá prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de trinta dias.
- (D) a parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- (E) decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.

45. Considere as assertivas abaixo sobre o Processo de Execução.

- I. O juiz pode conceder ao exequente o usufruto de bem imóvel, quando o reputar menos gravoso ao executado e eficiente para o recebimento do crédito e após a decisão que decretar o usufruto, perde o executado o gozo do móvel ou imóvel, até que o exequente seja pago do principal, juros, custas e honorários advocatícios.
- II. O exequente, se vier a arrematar os bens, não estará obrigado a exibir o preço; mas, se o valor dos bens exceder o seu crédito, depositará, dentro de cinco dias, a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, os bens serão levados a nova praça ou leilão à custa do exequente.
- III. Não se efetuará a adjudicação ou alienação de bem do executado sem que da execução seja cientificado, por qualquer modo idôneo e com pelo menos dez dias de antecedência, o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução.
- IV. O executado terá ciência do dia, hora e local da alienação judicial por intermédio de seu advogado ou, se não tiver procurador constituído nos autos, por meio de mandado, carta registrada, edital ou outro meio idôneo.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

46. Sobre a resposta do réu é certo que

- (A) oferecida exceção de suspeição pelo réu, o juiz da causa, não reconhecendo a suspeição ou impedimento e entendendo que o incidente é manifestamente improcedente poderá rejeitar liminarmente a exceção e determinar o imediato prosseguimento do feito.
- (B) a regra que dispõe sobre o ônus da impugnação especificada dos fatos em contestação pode ser aplicada ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.
- (C) as matérias enumeradas pelo Código de Processo Civil que deverão ser arguidas como preliminares de contestação poderão ser conhecidas de ofício pelo juiz, inclusive o compromisso arbitral.
- (D) arguida pelo réu a exceção de incompetência em petição fundamentada e devidamente instruída, indicando o juízo para o qual declina os autos serão remetidos ao juiz, que mandará processar a exceção, ouvindo o excepto no prazo de cinco dias.
- (E) na exceção de incompetência, a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.

47. Quando a medida cautelar for concedida em procedimento preparatório, cabe à parte propor a ação principal no prazo de

- (A) sessenta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar.
- (B) trinta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar.
- (C) quinze dias, contados da data da prolação do despacho judicial que conceder a medida cautelar.
- (D) trinta dias, contados da data da prolação do despacho judicial que conceder a medida cautelar.
- (E) sessenta dias, contados da data da prolação do despacho judicial que conceder a medida cautelar.

48. Analise as assertivas abaixo sobre a Lei de Execução Fiscal.

- I. Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- II. A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.
- III. O executado oferecerá embargos, no prazo de quinze dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora.
- IV. A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa não poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

É correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.



49. Considere para o cálculo do Aviso Prévio as verbas abaixo.
- I. Gratificação semestral.
 - II. Gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes.
 - III. Adicional de insalubridade.
 - IV. Gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) III.
 - (D) II e IV.
 - (E) II e III.
50. Com relação a equiparação salarial é correto afirmar:
- (A) Não é possível a equiparação de trabalho intelectual, tendo em vista que este possui critérios subjetivos impossíveis de serem avaliados.
 - (B) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego.
 - (C) A equiparação salarial só é possível se empregado e paradigma exercem a mesma função, possuindo seus cargos a mesma denominação.
 - (D) Para efeito de equiparação salarial é necessário que empregado e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, ou seja, não tenham tido seu contrato de trabalho rescindido.
 - (E) Na equiparação salarial a prescrição é parcial, tendo em vista que a lesão se renova mês a mês.
51. A empresa X pretende contratar aprendizes e, sendo assim, está entrevistando diversas pessoas. Após o período de entrevistas foram selecionados para a contratação João, com vinte e dois anos de idade; Paulo, com vinte e três anos de idade; Douglas com treze anos de idade; Débora, com dezesseis anos de idade; Mário, com dezoito anos de idade e Maria, com vinte e um anos de idade. Neste caso, dentre os selecionados, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, com relação à idade, poderão ser contratados como aprendizes
- (A) Débora, Mário e Maria, apenas.
 - (B) Douglas, Débora e Mário, apenas.
 - (C) Débora e Mário, apenas.
 - (D) João, Paulo, Débora, Mário e Maria, apenas.
 - (E) todos os candidatos.
52. O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS reunir-se-á ordinariamente a cada
- (A) trimestre, sendo que seus representantes terão mandato de dois anos, permitida a recondução uma única vez.
 - (B) bimestre, sendo que seus representantes terão mandato de dois anos, permitida a recondução uma única vez.
 - (C) bimestre, sendo que seus representantes terão mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - (D) trimestre, sendo que seus representantes terão mandato de três anos, vedada a recondução.
 - (E) bimestre, sendo que seus representantes terão mandato de três anos, vedada a recondução
53. É considerada hipótese de suspensão do contrato de trabalho, quando o empregado
- (A) deixa de comparecer ao serviço por três dias consecutivos em razão de casamento.
 - (B) deixa de se apresentar ao serviço, pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer em juízo.
 - (C) se afasta de seu serviço para desempenho de encargo público.
 - (D) deixa de comparecer ao serviço para realizar, comprovadamente, exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
 - (E) se encontra no gozo de férias.
54. Considere as assertivas abaixo a respeito do Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho.
- I. O Acordo Coletivo de Trabalho é realizado entre o sindicato da categoria profissional, de um lado, e o sindicato da categoria econômica do outro.
 - II. Inexistindo sindicato numa base territorial, assumem a negociação para a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho, as Confederações e, na falta destas, assumem as Federações.
 - III. Não é permitido estipular duração de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho superior a dois anos.
 - IV. As Convenções Coletivas de Trabalho não possuem a obrigatoriedade de conter disposições sobre o processo de prorrogação de seus dispositivos, em razão da existência de norma legal específica sobre este tema.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II.
 - (E) III.
55. Considere as assertivas abaixo a respeito dos Embargos à Execução.
- I. Garantida a execução pela penhora, pela fiança ou pelo depósito, os Embargos à Execução poderão ser apresentados pelo executado no prazo de cinco dias.
 - II. Havendo penhora, o prazo para apresentação dos Embargos à Execução, para o executado, será contado a partir da juntada aos autos do auto de penhora.
 - III. Em regra, na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no juízo deprecado, que os remeterá ao juízo deprecante, para instrução e julgamento.
 - IV. O Embargos à Execução quando interpostos, em regra, suspendem o andamento do feito, não sendo, portanto, autuados em apenso.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, II e IV.



56. Joana teve a sua residência penhorada em processo trabalhista no qual não é parte, não sendo sócia, ex-sócia, proprietária e nem parente de proprietário da empresa reclamada. Assim, pretende interpor Embargos de Terceiro. Neste caso, considerando que o processo já transitou em julgado, encontrando-se em fase de execução, Joana poderá interpor os referidos Embargos no prazo de
- (A) oito dias, contados da data da ciência da penhora de seu imóvel, sendo que, recebidos os Embargos, o embargado será intimado para contestá-los no mesmo prazo.
- (B) até dez dias após a arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta, sendo que, recebidos os Embargos, o embargado será intimado para contestá-los no mesmo prazo.
- (C) até cinco dias após a arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta, sendo que, recebidos os Embargos, o embargado será intimado para contestá-los no mesmo prazo.
- (D) até cinco dias após a arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta, sendo que, recebidos os Embargos, o embargado será intimado para contestá-los no prazo de dez dias.
- (E) oito dias, após a arrematação, adjudicação ou remição, independentemente da assinatura da respectiva carta, sendo que, recebidos os Embargos, o embargado será intimado para contestá-los no mesmo prazo.
57. O Procurador Geral do Trabalho, terá mais de trinta e cinco anos de idade e cinco anos na carreira, e será nomeado pelo
- (A) Procurador Geral da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores.
- (B) Procurador Geral da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto individual, obrigatório e secreto, pelo Colégio de Procuradores.
- (C) Procurador Geral da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, obrigatório e aberto, pelo Colégio de Procuradores.
- (D) Presidente da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores.
- (E) Presidente da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, obrigatório e aberto, pelo Colégio de Procuradores.
58. As Comissões de Conciliação Prévia no âmbito da empresa serão compostas de no mínimo
- (A) dois e, no máximo, dez membros que terão mandato de um ano, vedada a recondução.
- (B) dois e, no máximo, dez membros que terão mandato de um ano, permitida uma recondução.
- (C) três e, no máximo, onze membros que terão mandato de um ano, vedada a recondução.
- (D) três e, no máximo, onze membros que terão mandato de um ano, permitida a recondução.
- (E) três e, no máximo, onze membros que terão mandato de dois anos, vedada a recondução.
59. Com relação a Ação de Cumprimento é correto afirmar:
- (A) É pressuposto necessário para a propositura da Ação de Cumprimento o trânsito em julgado da sentença normativa.
- (B) Em regra, a competência para processar e julgar a Ação de Cumprimento é do Tribunal Regional do Trabalho que proferiu a decisão a ser cumprida.
- (C) Em regra, a competência para processar e julgar a Ação de Cumprimento é do Tribunal Superior do Trabalho em razão da natureza jurídica desta ação.
- (D) A Ação de Cumprimento deverá ser instruída necessariamente com a certidão da decisão coletiva.
- (E) A legitimação para a propositura da Ação de Cumprimento é exclusiva dos sindicatos, tendo em vista a natureza jurídica coletiva da demanda.
60. Ada, Jaqueline, Marcela, Alexandre, Michele e João foram dispensados sem justa causa pela sua empregadora, a empresa X. Todos ingressaram com a respectiva Reclamação Trabalhista de Ada é R\$ 18.000,00; de Jaqueline é R\$ 23.250,00; de Marcela é R\$ 27.000,00; de Alexandre é R\$ 9.300,00; de Michele é R\$ 9.200,00 e de João é R\$ 7.000,00. Dessa forma, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, estão sujeitos ao procedimento sumaríssimo apenas as demandas propostas por
- (A) Ada, Alexandre, Michele e João.
- (B) Ada, Jaqueline, Alexandre, Michele e João.
- (C) todos os ex-empregados.
- (D) Alexandre, Michele e João.
- (E) Michele e João.